

# TODOS À RUA PELA DEMISSÃO DO GOVERNO!

## RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL, 26 DE JANEIRO

### **1. A SITUAÇÃO POLÍTICA ESTÁ MARCADA PELA PREPARAÇÃO DA SÉTIMA AVALIAÇÃO DA TROIKA E DAS NOVAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE.**

A encenação em torno de um “regresso aos mercados” sob juros totalmente insustentáveis em contexto recessivo é um exercício desesperado de um governo obrigado a dar o dito por não dito no que respeita ao alargamento dos prazos de pagamento. Mais austeridade durante mais tempo é a estratégia do governo e da troika e uma péssima notícia para o país. Só os defensores da “austeridade inteligente” poderiam ver nesta evolução o motivo de uma vitória política.

Será este o contexto da chegada da troika em final de fevereiro e do orçamento rectificativo que está planeado para consagrar a demolição do Estado social e carregar mais nos impostos e na austeridade.

### **2. O REGRESSO AOS MERCADOS ASSISTIDO PELO BCE SIGNIFICA A CONTINUAÇÃO DA AUSTERIDADE, EM CONDIÇÕES AINDA PIORES.**

O Governo está a fazer uma campanha política em torno do que chama o regresso aos mercados. Na realidade, esta operação só é possível graças ao compromisso do BCE de intervir nos mercados secundários. Esse compromisso é totalmente alheio a qualquer decisão ou reivindicação do Governo e tem subjacente a continuação das políticas de austeridade, ou seja, a continuação da espiral recessiva que está a afundar o país. Assim, as condições de financiamento decorrentes da recente emissão de Obrigações do Tesouro representam um agravamento das condições de financiamento (mais 1,5 ponto percentual acima) mas não significam o fim da austeridade. São o pior dos dois mundos: taxas juro de mercado e a política económica imposta pelo BCE. Os grandes beneficiários são os bancos que, depois de recapitalizados com o dinheiro dos contribuintes, vão emprestar ao Estado Português com uma margem que pode chegar aos 4%, totalmente livres de risco.

### **3. O MAIS RECENTE RELATÓRIO DO FMI É UMA PEÇA DE MÁ PROPAGANDA E UM GUIA PARA O ATAQUE AO ESTADO SOCIAL.**

Os portugueses conhecem o seu país e sabem a diferença que fez na sociedade a democratização do acesso à escola pública e a um Serviço Nacional de Saúde. As políticas de austeridade prometem transformar

problemas do passado – como a mortalidade infantil ou o ensino elitizado - em problemas do futuro. Os cortes propostos pelo FMI representam uma queda desamparada no empobrecimento do trabalho e na destruição de serviços públicos.

Para justificar essas opções criminosas, o relatório do FMI assenta em manipulações estatísticas e falsidades, contradiz dados e estudos do próprio Governo e propõe um programa extremista contra o Estado social. Ao mesmo tempo, ignora componentes da despesa como as Parcerias Público-Privado e, com o mesmo cinismo, invoca a necessidade de um crescimento económico que é contrariado em cada proposta que faz.

### **4. EM TEMPOS DE CRISE, O ESTADO SOCIAL É AINDA MAIS IMPRESCINDÍVEL.**

O papel do Estado social é único na história da democracia portuguesa. Em 30 anos, o Serviço Nacional de Saúde aumentou em oito anos a esperança média de vida e reduziu a mortalidade infantil para um décimo. Na educação, a frequência no pré-escolar aumentou de 80 para 270 mil, no secundário de 170 para 440 mil e no superior de 80 para 396 mil. É totalmente falso que a despesa social seja superior à média europeia. De acordo com os dados do Eurostat mais recentes, em 2010, a despesa com funções sociais em Portugal correspondia a uma componente do PIB em linha com a da média comunitária nos setores da saúde, educação e proteção. Sem as prestações sociais, o risco de pobreza seria de 43,5%, mais do dobro do atual. Esse alinhamento, que resulta de uma convergência que transformou a sociedade portuguesa, já está a ser posto em causa pelos cortes no Estado social que ocorreram em 2011 e 2012.

O Bloco de Esquerda procurará o máximo esclarecimento e confronto na defesa do Estado social e realiza no próximo dia 30 de Janeiro uma interpelação parlamentar sobre políticas sociais, com a presença do ministro do CDS, Pedro Mota Soares.

### **5. O PLANO DO GOVERNO É PRIVATIZAR A ADSE.**

Ao mesmo tempo que o governo reduz o SNS a mínimos, o fim da ADSE põe em causa o direito à saúde dos trabalhadores da Administração Pública. O objectivo do governo não é criar condições para que a ADSE possa ser integrada no SNS, mas sim entregar este subsistema e os seus beneficiários aos privados. Neste contexto, a entrada destes utentes no atendimento do SNS significaria o colapso dos serviços e listas de espera

como nunca se viu. A assistência na doença à maioria dos trabalhadores da Administração Pública ficaria dependente da sua capacidade económica para recorrer ao privado, que seria a única alternativa concreta em caso de extinção da ADSE.

Alguns responsáveis do PS apressaram-se a acompanhar o governo no ataque à ADSE, em sintonia com António José Seguro. Este episódio é revelador do posicionamento atual do PS. Depois de recuar nas acusações de inconstitucionalidade do OE 2013, António José Seguro desdobrou-se nos últimos dias em demonstrações de alinhamento com o memorando e a austeridade da troika. A abstenção sobre o aumento do salário mínimo e a aceitação do assalto fiscal imposto pelo governo (para não falar na arrogância dos apelos a uma futura “maioria absoluta”) são algumas das piores respostas que o PS poderia dar a quem espera uma alternativa à direita e à sua política de devastação.

## **6. EM CASO DE CHUMBO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL A NORMAS DO OE 2013, O GOVERNO NÃO DEVE CONTINUAR.**

O Tribunal Constitucional irá pronunciar-se sobre vários artigos do Orçamento do Estado para 2013. Deputados do Bloco de Esquerda, em conjunto com deputados do PCP e do PEV, enviaram um pedido de fiscalização em relação a um conjunto de normas do orçamento que violam garantias constitucionais. Além disso, e pelo menos no caso do corte de um subsídio na função pública, o OE 2013 desrespeita diretamente a deliberação do Tribunal Constitucional em relação a essa norma no OE 2012. O Bloco de Esquerda considera que, caso o Tribunal Constitucional venha novamente a declarar inconstitucionais normas do Orçamento do Estado deste Governo, não restará ao executivo outra alternativa senão apresentar a sua demissão. Considera ainda que as normas que sejam consideradas inconstitucionais não podem, pura e simplesmente, ser aplicadas.

## **7. É TEMPO DE MOBILIZAÇÃO GERAL PELO DERRUBE IMEDIATO DO GOVERNO.**

A violência social do governo Passos/Portas, a falta de mandato para o programa que está a executar e a sua debilidade institucional impõem uma mobilização geral para o seu derrube imediato. O Bloco de Esquerda empenha-se de corpo inteiro nas manifestações populares descentralizadas que estão anunciadas para as próximas semanas. Em particular, neste período, os ativistas do Bloco participam na mobilização para a jornada da CGTP a 16 de Fevereiro e para a manifestação convocada pela plataforma Que Se Lixe a Troika para 2 de Março, durante a presença da troika e dos seus membros - FMI, BCE e Comissão Europeia - em território português.

Adquirem nesta fase especial significado duas petições que demonstram a amplitude do combate pela dignidade

do trabalho e contra o empobrecimento massivo: a petição pelo aumento do salário mínimo, em cujo lançamento estiveram, entre outros, importantes protagonistas da ação social da Igreja e da luta contra a pobreza; e a petição pela reposição imediata do pagamento das horas extra e do descanso compensatório, que reuniu na sua iniciativa dirigentes sindicais e membros de CT. O Bloco de Esquerda empenha-se na divulgação e na recolha de apoios para estas petições.

O Bloco de Esquerda apoia todos os trabalhadores precários e aqueles que vivem a agonia do desequilíbrio de forças na contratação colectiva, nomeadamente nos setores financeiro e bancário, bem ainda dos desempregados (dos quais metade não recebe qualquer apoio social) e dos reformados e pensionistas, vítimas da extorsão fiscal e da destruição de direitos. O Bloco apoia todos os trabalhadores que lutam nas empresas contra a redução dos salários, afirmando o direito à negociação e contratação colectiva e ao emprego. Decorrente da greve geral de 14 de Novembro, que teve dimensão ibérica e solidariedade activa de trabalhadores de França, Itália e Grécia, contra a austeridade, o empobrecimento e o desemprego, a luta irá prosseguir a esta escala em março, com manifestações convocadas pela Confederação Europeia de Sindicatos, devendo evoluir também em Portugal para juntar forças pela luta toda.

A Lei Contra a Precariedade, iniciativa de diversos movimentos sociais, é um processo histórico, em que 40 mil cidadãos e cidadãs propuseram pela segunda vez em Portugal um projecto lei de iniciativa cidadã. O Bloco apoiou desde a primeira hora os diversos pontos propostos por esta iniciativa e, no momento em que ele baixa à especialidade sem votação, regista a hipocrisia do PS, PSD e CDS, que fugiram à votação para agora procurarem desvirtuar a proposta.

Durante os trabalhos da Mesa Nacional, decorre em Lisboa uma grande manifestação de professores em defesa da escola pública. O anunciado despedimento de dezenas de milhar de professores, a imposição aos alunos mais pobres de uma opção precoce por uma via profissionalizante, o desmantelamento do ensino superior público, a serem concretizados, configurariam um enorme retrocesso civilizacional que temos de evitar. A Mesa Nacional saúda a luta dos professores e a sua forte mobilização de hoje.

## **8. AUTÁRQUICAS: O BLOCO PELA DEMOCRACIA LOCAL E EMERGÊNCIA SOCIAL.**

As próximas eleições autárquicas decorrem sob o signo do ataque à democracia local, pela extinção forçada de freguesias, bem como pela lei das finanças locais que vem limitar a autonomia de intervenção e bloquear muitas autarquias.

O Bloco empenha-se em candidaturas de abertura cidadã, ligadas à mobilização popular e de defesa da ação das autarquias perante a emergência social e o aumento do

desemprego. É em torno desses valores e objetivos que o Bloco apresentará as suas candidaturas próprias.

A Mesa Nacional sublinha a importância de várias candidaturas de grande convergência, processos em curso em diversos pontos do país e que o Bloco acompanha, a partir do trabalho de grupos de cidadãos que protagonizam políticas municipais coerentes e de defesa da população local. No Funchal, o Bloco saúda a possibilidade de uma candidatura de unidade das oposições ao jardimismo na capital da região e, eventualmente, noutras autarquias madeirenses.

O Bloco de Esquerda mantém e manterá a permanente denúncia dos “candidatos-dinossauro” que transitam entre autarquias para contornarem a lei de limitação de mandatos e se eternizarem como presidentes de câmara contra os propósitos de transparência e renovação consagrados na lei. Nesse lote, estará em primeiro lugar Luís Filipe Menezes, que o PSD apoia na segunda cidade do país e anuncia uma candidatura fora da lei.

Em torno destes princípios de defesa da democracia local, de ação social urgente e de defesa da transparência, o Bloco apresenta-se nestas eleições com um objetivo claro: aumentar a sua representatividade autárquica, o seu enraizamento e a sua expressão local.

Dias 2 e 3 de Fevereiro, as Jornadas Autárquicas discutem as linhas gerais do programa eleitoral das candidaturas do Bloco de Esquerda.

## **9. CAMPANHA DE FILIAÇÃO DE NOVOS ADERENTES**

O Bloco de Esquerda inicia com esta reunião da Mesa Nacional uma campanha de filiação de novos aderentes. No confronto político da era da troika, impõe-se transformar a simpatia e a proximidade em participação concreta, enriquecimento dos debates e em centenas de novas adesões ao Bloco de Esquerda. O Bloco tem hoje mais militantes do que tinha há um ano. Esse movimento de aproximação, que já existe, deve ser potenciado pela iniciativa própria do partido, com o objetivo de ultrapassar os 10 mil aderentes até ao final de 2013.

## **10. VENCER A TROIKA, POLÍTICAS PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA**

O programa de trabalho e iniciativas “Vencer a troika: políticas para um governo de esquerda” tem como objetivo iniciar um processo de elaboração programática do Bloco em diálogo com outros setores da esquerda portuguesa.

Estas iniciativas dão corpo à linha de orientação política saída da Convenção e aprofundam uma proposta alternativa às políticas do memorando da troika e de salvação da nossa economia e do Estado Social, como base para um governo de esquerda.

O programa incidirá sobre as áreas mais ameaçadas pela troika e pelo governo e em torno de um conjunto de eixos temáticos prioritários para a defesa da democracia, do emprego e do Estado Social. O objetivo é elaborar, afirmar e popularizar políticas alternativas, afirmar as propostas e respostas do Bloco nos pontos que suscitam mais debate público e “intoxicação” da opinião pública: como garantir os serviços públicos e o financiamento do Estado e da economia sem a troika.